

MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: DA DÉCADA DE 1970 AOS DIAS ATUAIS — A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA RELAÇÃO COM A DEMOCRACIA E AS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS NOS ÚLTIMOS CINQUENTA ANOS

*SOCIAL MOVEMENTS IN BRAZIL: FROM THE 1970s TO THE PRESENT DAY
— THE INFLUENCE OF SOCIAL MOVEMENTS AND THEIR RELATIONSHIP WITH
DEMOCRACY AND PARTY ORGANIZATIONS IN THE LAST FIFTY YEARS*

*MOVIMIENTOS SOCIALES EN BRASIL: DE LOS AÑOS SETENTA HASTA HOY — LA
INFLUENCIA DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y SU RELACIÓN CON LA
DEMOCRACIA Y LAS ORGANIZACIONES PARTIDARIAS EN LOS ÚLTIMOS
CINCUENTA AÑOS*

Roger Ricardo Braga de Carvalho¹
Carlos Alberto Simioni²

Resumo

O artigo discute a relação entre os movimentos sociais e a democracia nos últimos cinquenta anos no Brasil. O objetivo desta pesquisa é analisar a influência de manifestações e protestos de rua, ocorridos entre 1970 e 2020, sobre o processo democrático brasileiro e as instituições partidárias. A análise parte das lutas sociais contra a ditadura e a participação da igreja católica por meio das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) no fim da década de 1970. Analisam-se também as lutas pela redemocratização e pela participação popular na década de 1980. Os movimentos sociais em rede e os novos movimentos sociais, na visão de Alain Touraine, também são objetos desta pesquisa. Observa-se a influência dos movimentos sociais não apenas sobre as instituições e o processo democrático, como também sobre as identidades individuais e coletivas que partilham suas ideologias, o que alterava expressivamente o jogo político e o funcionamento das instituições.

Palavras-chave: movimentos sociais; identidade; ideologia; participação; democracia.

Abstract

This article discusses the relationship between social movements and democracy in the last fifty years in Brazil. This research aims to analyze the influence of demonstrations and street protests, which took place between 1970 and 2020, on the Brazilian democratic process and party institutions. The analysis starts from the social struggles against the dictatorship and Catholic Church participation through the CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) at the end of the 1970s. The struggles for re-democratization and for popular participation in the 1980s are also analyzed. The networked social movements and the new social movements, according to Alain Touraine, are also objects of this research. It is observed that social movements influence not only institutions and the democratic process but also individual and collective identities that share their ideologies, which expressively altered the political game and institutions' functioning.

Keywords: social movements; identity; ideology; participation; democracy.

Resumen

El artículo discurre sobre la relación entre los movimientos sociales y la democracia en los últimos cincuenta años en Brasil. El objetivo de esta investigación es analizar la influencia de manifestaciones y protestas de calle, que

¹ Aluno do curso de graduação de Ciência Política da UNINTER. E-mail: primosaccountabil@yahoo.com.br.

² Professor Orientador, Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR), Mestre em Sociologia (UFPR), graduado em Ciências Sociais (UFPR), Professor de Ciência Política e Relações Internacionais na UNINTER. E-mail: carlos.s@uninter.com.

tuvieron lugar ente 1970 y 2020, sobre el proceso democrático brasileño y las instituciones partidistas. El análisis parte de las luchas sociales contra la dictadura y la participación de la iglesia católica por medio de las CEB (Comunidades Eclesiales de Base) al final de la década de 1970. Se analizan también las luchas por la redemocratización y por la participación popular en la década de los 80. Los movimientos sociales en red y los nuevos movimientos sociales, en la visión de Alain Touraine, son también objeto de esta investigación. Observase la influencia de los movimientos sociales no solo sobre las instituciones y el proceso democrático, sino también sobre las identidades individuales y colectivas que comparten ideologías, lo que alteraba de forma expresiva el juego político y el funcionamiento de las instituciones.

Palabras-clave: movimientos sociales; identidad; ideología; participación; democracia.

1 Introdução

O que rege as massas? O que motiva os atores sociais a se reunirem e lutarem por seus direitos? Que movimentos seriam esses que mexem no jogo democrático e alteram o funcionamento das instituições partidárias? Os protestos de rua carregam a influência de ideologias? Qual o papel exercido pela esquerda e pela direita nos movimentos sociais desde a década de 1970?

Diante dessas questões e da importância dos movimentos sociais é necessário analisar detalhadamente as origens, características e influências destes sobre o processo democrático brasileiro desde o início da década de 1970 até os dias atuais.

Esta pesquisa demonstra as características desses movimentos e sua influência para consolidação da democracia, bem como sua relação com organizações partidárias, instituições necessárias ao exercício do jogo democrático. Busca, também, traçar um paralelo entre movimentos de direita e de esquerda, desde a luta pela democracia nas décadas de 1970 e 1980 até sua polarização atual.

Mais que analisar movimentos sociais no Brasil nos últimos cinquenta anos, esta pesquisa tem o objetivo de explicar a situação política atual, justificando, para tanto, o fortalecimento ou a estagnação da democracia brasileira.

Analisam-se as consequências dos movimentos sociais para o processo de democratização ocorrido no Brasil e sua relação com as instituições partidárias no período entre 1970 e 2020. Neste sentido, destacam-se as conceituações e o referencial histórico dos movimentos sociais no Brasil nas últimas cinco décadas, bem como sua tipologia e cronologia. Em relação ao contexto histórico, identificam-se origens e características, salientando também a evolução dos movimentos sociais no Brasil em momentos distintos. O ponto principal em análise é a influência das ideologias no seio dos movimentos sociais e sua relação com as organizações partidárias brasileiras.

Defende-se neste artigo a hipótese de haver elementos que comprovam a influência das ideologias, tanto de esquerda como de direita, nos movimentos sociais desde a década de 1970, apoiados institucionalmente por setores da Igreja com a consolidação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) como prática possível de oposição ao regime ditatorial. Tal década foi marcada por movimentos e manifestações pelos direitos políticos perdidos durante a ditadura militar e pela busca por direitos sociais.

Na década de 1980, analisam-se os movimentos por redemocratização e participação popular, como o *Diretas Já*.

Os movimentos sociais suscitam temas de relevância a toda a sociedade e influenciam decisões governamentais, bem como geram demandas de políticas públicas que produzem pressão sobre atores políticos e instituições do governo, além de fortalecerem sua identidade individual e coletiva.

As fontes de pesquisa deste artigo são bibliográficas, principalmente livros.

2 Movimentos sociais: conceitos e antecedentes históricos

Gohn (2007 apud MÜLLER, 2013, p. 22) destaca que não existe um “paradigma teórico propriamente dito” sobre os movimentos sociais latino-americanos. O modelo teórico marxista foi o clássico inicial que visava formular uma referência explicativa e um projeto de ação para os movimentos sociais.

Para Gohn (2007 apud MÜLLER, 2013, p. 36), uma importante categoria de análise dos movimentos sociais forjada por Marx é a de solidariedade. Nas palavras de Gohn (2007), citada por Müller (2013, p. 36), a solidariedade mencionada por Marx refere-se a uma relação social de comunhão de interesses e deveria estar voltada para um dado objetivo: a emancipação dos trabalhadores.

Tal relação de solidariedade se encontra nas manifestações ocorridas no Brasil entre 2013 e 2020, período que evidenciou a influência das ideologias políticas sobre os movimentos sociais. Nota-se, nesses movimentos, não só o pensamento de Marx explicitado por Gohn (2007, apud MÜLLER, 2013, p. 36) a respeito da solidariedade em relação aos interesses comuns, mas, também, as ideias de Touraine (1996 apud MÜLLER, 2013, p. 69), que enxerga no sujeito social o agente transformador da sociedade em que vive. É nesse período, devido à influência ideológica, e não poderia ser diferente, que a polarização no Brasil chega ao ponto máximo.

3 Os movimentos sociais das décadas de 1970 a 1990

De acordo com Gohn (2019, p. 66),

O entendimento dos processos de participação, tanto na sociedade civil como nas políticas públicas nos conduz ao processo de democratização da sociedade; o resgate dos processos de participação leva nos às lutas sociais que têm sido travadas pela sociedade para ter acesso aos direitos sociais e à cidadania. Neste sentido, a participação é, também, luta por melhores condições de vida e aos benefícios da civilização.

O cenário participativo no Brasil das décadas de 1960 a 2010 está subdividido em quatro ciclos de protestos políticos, de movimentos e lutas sociais brasileiras e formas de participação da sociedade civil (GOHN, 2019).

O primeiro ciclo será analisado brevemente, com apenas alguns apontamentos, porque os anos de 1960 não integram o período de análise abrangido por este trabalho, mas servirão de base para os protestos ocorridos nos anos 70 e nas décadas seguintes. Sabe-se que a década de 60 tem três momentos distintos no Brasil. O primeiro é de intensa participação de estudantes, trabalhadores e outros grupos sociais em greves e manifestações que antecederam o golpe militar de 1964. No segundo, após o golpe, setores específicos da sociedade civil participaram de lutas de resistência como as greves em Osasco e Contagem, o movimento estudantil em 1968, a resistência cultural nas artes, a atuação focal de inúmeros grupos de esquerda, etc. (GOHN, 2019). Durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984) o Exército criou a estratégia das Ações Cívico-Sociais para atendimento das carências das populações à margem do desenvolvimento econômico. O termo corrente era participação cívica, objeto também de uma disciplina obrigatória no currículo escolar, a *Educação Moral e Cívica* (GOHN, 2019).

A partir da década de 1970 se inicia um novo ciclo de lutas sociais e de resistência ao regime militar. Esta se intensifica a partir da segunda metade da década de 1970, buscando brechas para restauração da democracia. Criaram o contexto de um novo ciclo de lutas na sociedade brasileira os movimentos pela anistia para exilados e presos políticos, advindos das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), do novo sindicalismo do ACBD paulista e outras regiões, além de movimentos populares de mulheres em bairros da periferia, por creches, ou de moradores, por transportes coletivos ou postos de saúde (GOHN, 2019). Neste ciclo emerge outra categoria de participação, completamente oposta da estimulada por políticas públicas na década de 1960, no campo do associativismo civil, que foi a participação popular em bairros e regiões da periferia das grandes cidades, que reivindicavam condições mínimas de

sobrevivência no meio urbano, direitos sociais básicos, em uma conjuntura política totalmente desfavorável (GOHN, 2019).

Gohn (2019) assinala que, no Brasil, dada a especificidade do regime militar e a evidência das condições degradantes de sobrevivência das camadas populares, os movimentos populares nos anos de 1970 foram analisados mais sob a ótica marxista, apoiada em Manuel Castells, e descrita neste artigo.

Os dois ciclos, dos anos de 1970 e início da década 1980, têm em comum a visão da luta por direitos básicos, focada na questão da igualdade ou recuperação de direitos sequestrados, por meio do fortalecimento da sociedade civil, da construção/reconstrução da cidadania para recuperar a democracia. Portanto, a luta pelas *Diretas Já* foi tão importante e simbólica. Os movimentos sociais, com suas inúmeras frentes e demandas, eram também movimentos de lutas civis (GOHN, 2019). O terceiro ciclo de movimentos no Brasil ocorre a partir de 1980, no período de transição para a democracia, com as alterações na conjuntura política e o retorno de eleições para governos estaduais.

No Brasil dos primeiros anos da década de 1980, o grande destaque no campo da participação civil foi o crescimento dos movimentos populares urbanos, por intermédio das organizações de base, entre as quais se incluíam as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), da ala progressista da igreja católica, e as centrais sindicais, que reorganizavam as relações trabalhistas (GOHN, 2019).

Essa conjuntura resulta no surgimento de inúmeros movimentos de gênero, de afrodescendentes, de centrais de sindicatos, movimentos camponeses (com a criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), de reivindicação das *Diretas Já*, em 1984, até a fase da Constituinte, de 1985 a 1988, etc. No cenário brasileiro articulavam-se lutas específicas — de bairros, localizadas, e lutas nacionais que clamavam pelo fim do regime militar e a volta das eleições para presidente. O movimento *Diretas Já* é o ponto culminante dessa fase (GOHN, 2019).

O quarto ciclo de participação ocorre após a aprovação da nova Constituição, em 1988, quando o foco de muitas investigações se desloca do movimento dos atores da sociedade civil para a atuação de múltiplos atores nas políticas públicas, bem como à criação de novos canais de participação institucionalizada previstos na nova Constituição (GOHN, 2019).

Durante a década de 1990 o campo da sociedade civil ampliou-se na prática e nos discursos a seu respeito. A descentralização do sujeito e a emergência de uma pluralidade de

atores conferiu a um outro conceito, o de cidadania, a mesma relevância que teve o conceito de autonomia na década de 80 (GOHN, 2019).

A questão da cidadania estava presente desde os anos 80 nas lutas por redemocratização que resultaram no movimento *Diretas Já*, na Constituinte e na nova Carta Constituição de 1988. Destacavam-se os direitos civis e políticos, como em movimentos populares por melhorias da qualidade de vida urbana, nos quais a cidadania ganhou novo contorno, de *cidadania coletiva*, que extrapola a demanda por direitos civis para incluir direitos sociais básicos, de primeira geração, equacionados desde a Revolução Francesa, contidos nas demandas por casa, abrigo, comida, além dos direitos sociais modernos relativos às condições de trabalho, à educação, à saúde, etc. (GOHN, 2019).

No novo cenário, a sociedade civil se amplia para entrelaçar-se com a sociedade política, colaborando para o novo caráter contraditório e fragmentado que o Estado passa a ter nos anos de 1990 (GOHN, 2019).

A passagem dos anos 80 para os 90 foi o momento em que diferentes forças políticas procuraram desenvolver propostas de um novo padrão de relacionamento entre Estado e sociedade, cada uma delas afirmando como deveria ser concebida a democrática brasileira (GOHN, 2019).

Gohn (2014) diz que os novos atores sociais emergentes na sociedade civil brasileira após a década de 1970, à revelia do Estado, e contra ele, em um primeiro momento, configuraram novos espaços e formatos de participação e de relações sociais. Para Gohn (2014), esses novos espaços foram basicamente constituídos por movimentos sociais, populares ou não, nas décadas de 70 e 80 do século 20 (GOHN, 1991); e, nos anos 90, por um tipo especial de ONGs, anteriormente denominadas *cidadãs*, ou seja, entidades sem fins lucrativos orientadas para o desenvolvimento de comunidades carentes a partir de relações baseadas em direitos e deveres da cidadania (GOHN, 1994). Gohn (2014) assinala que movimentos e ONGs cidadãs se revelam estruturas capazes de desempenhar papéis que as estruturas formais, substantivas, não conseguem exercer enquanto estruturas estatais, oficiais, criadas com o objetivo e o fim de atender à sociedade.

De acordo com Gohn (2014), o cenário das lutas sociais no Brasil, nos anos de 1990, foi redefinido. Os movimentos sociais populares urbanos de 1970 e 1980 alteraram-se substancialmente. Alguns entraram em crise interna: de militância, de mobilização, de participação cotidiana em atividades organizadas, de credibilidade nas políticas públicas e de confiabilidade e de legitimidade à população.

4 Movimentos sociais: do *impeachment* às lutas pela educação

A partir de junho de 2013 ocorrem em todo o Brasil manifestações de protesto contra políticas sociais vigentes para transportes, educação, saúde, bem como relativas à prioridade dada aos gastos com a Copa do Mundo, etc. A multidão, ausente de grandes manifestações desde o início dos anos de 1990, retorna às ruas (GOHN, 2019). Estima-se que mais de 1 milhão de pessoas saíram às ruas no Brasil em junho de 2013 (GOHN, 2017).

Junho de 2013 é um marco na vida política e sociocultural brasileira. É quando se inicia um novo ciclo de participação na sociedade brasileira, composto de coletivos e movimentos diversos, com projetos e propostas diferenciadas, classificados em três tipos distintos, a saber: clássicos, novos e novíssimos. Os clássicos abarcam sindicatos, sem-terra, estudantes, movimentos populares comunitários de bairros, sem teto, etc. Os novos abrangem movimentos de luta por direitos, identidades, etc., criados a partir do final da década de 70. Por fim, os novíssimos abrangem movimentos da atualidade, a maioria criados ou afirmados na cena pública na década de 2010, a exemplo do Movimento Passe Livre, de um lado, e do Vem Pra Rua e do Movimento Brasil Livre, de outro (GOHN, 2019).

As transformações de 2013 geraram novos enunciados a partir dos quais surgiram grupos conservadores, reacionários e neoliberais que ganharam espaço nas convocações via redes sociais para atos de protesto nas ruas (GOHN, 2019).

Portanto, há profundas diferenças entre os jovens que iniciaram as primeiras convocações às manifestações em junho de 2013 e outros grupos de jovens que, a partir de 2014, criaram outros tipos de mobilizações e repertórios, focados no plano político contra o governo federal e no processo que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff (GOHN, 2019).

Em 2015, altera-se o foco da demanda principal nas ruas: em vez da mobilidade urbana, o governo federal e o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Ocorrem as maiores manifestações públicas da história brasileira. A polarização se instaura na política (GOHN, 2019). Em 2016, as mobilizações nas ruas, a favor e contra a destituição da presidenta, dominaram o repertório das demandas (GOHN, 2017). No mesmo ano, os movimentos sociais clássicos e os antigos “novos” movimentos sociais se uniram, formando “frentes” para retomar às ruas como espaço de protesto, após perderem hegemonia territorial para as contracorrentes criadas a partir de 2014 (GOHN, 2019).

Em 2017 houve reativação de lutas sociais reduzidas a partir do *impeachment*, em agosto de 2016. Retornam, ao contexto de lutas as manifestações sindicais com apoio de movimentos sociais. Destaca-se a retomada de movimentos pela educação que fizeram parte dos contextos

das décadas de 70, 80 e 90, novamente mobilizados durante manifestações políticas a partir de 2017.

5 Os movimentos sociais e a construção da identidade

De acordo com Gohn (2013), o contexto atual dos principais movimentos sociais da América Latina é um cenário para discussão de formas e de demandas desses movimentos, isto é, das identidades que constroem, das redes que os estruturam, além das manifestações culturais e das políticas sociais a que se articulam. Gohn (2013) observa, em tal cenário, o caráter educativo dos movimentos, seu papel na cena pública relativamente ao tema da inclusão social, da cultura política e suas manifestações na área de Educação.

Touraine (1973), citado por Gohn (2013), destaca as características dos movimentos sociais: possuem uma identidade, tem um opositor e articulam ou se fundamentam em um projeto de vida e de sociedade.

Atualmente, os movimentos sociais são diferentes dos movimentos que ocorreram no fim da década de 70 e no início da década de 80, os quais se opunham ao regime militar e lutavam por direitos sociais apoiados pela igreja católica, baseada na Teologia da Libertação e em movimentos que buscavam a redemocratização do país. Cabe ressaltar que muitos movimentos atuais possuem características das lutas sociais dos anos 1980. Contudo, nesta década, lutava-se para “ter direito a ter direitos”, isto é, visavam-se direitos universais, com atenção às necessidades de todos, não de apenas determinado grupo, de modo que constituíssem suas identidades.

Para Gohn (2013), a categoria mobilização social, em décadas anteriores, sempre esteve subordinada a categorias maiores na análise do social como processo, mudança, etc. Neste novo século, de acordo com Gohn (2013), o conceito de mobilização social ganha vida, significado e dinâmica própria. Havia uma definição de identidade, desde a década de 1980, e que se estendeu até o fim da década de 1990, que tinha como base o posicionamento dos indivíduos de determinado grupo social, não só em relação ao antagonismo entre capital e trabalho, mas também em relação à renda e ao status adquirido, que eram representações coletivas aceitas pela sociedade.

A identidade é uma ferramenta em construção. Diante disso, Gohn (2013) destaca que não se trata da identidade construída em um movimento, mas de uma modelada, outorgada, na qual determinados sujeitos sociopolíticos e culturais são mobilizados para serem incluídos. Gohn (2013) afirma que o reconhecimento da identidade política ocorre no processo de luta,

perante a sociedade civil e política; não se trata de um reconhecimento outorgado, doado, uma inclusão de cima para baixo. Ocorre uma apropriação da imagem do outro, que lhe serve como espelho. E uma vez refletida, aos poucos a identidade se constrói.

6 Os movimentos sociais na visão Marxista

Para Gohn (2014), a análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo refere-se a processos de lutas para transformação de condições sociais economicamente carentes e/ou oprimidas sociopolítica e culturalmente.

Müller (2013) destaca que, ao abordar os movimentos sociais, as teorias marxistas não abandonaram de todo o conceito de classes sociais que situa os atores envolvidos no contexto dos movimentos em face da estrutura social e nela inseridos. Para Müller (2013), a classe social e os elementos que a compõe definem parâmetros acerca da consciência social do ator envolvido no movimento de luta por conquistas da própria classe. Cabe ressaltar que a história de toda a sociedade até agora é a história das lutas de classe (MARX; ENGELS, 2016).

De acordo com Gohn (2007), uma importante categoria cunhada por Marx é a práxis social, isto é, a capacidade que as classes sociais trabalhadoras e os grupos dominados possuem de transformar a sociedade por meio de atividades teóricas, políticas e produtivas (apud MÜLLER, 2013, p. 36).

Gohn (2007), citada por Müller (2013), afirma que outra categoria importante de análise dos movimentos sociais forjada por Marx é a de solidariedade. No pensamento marxista, solidariedade tem duplo sentido: por um lado é fator de coesão de um grupo, indica um nível de comprometimento consolidado entre aqueles que compartilham da mesma ideologia, e, por outro, agrega pessoas que buscam e compartilham uma proposta emancipatória.

Marx (1976), citado por Gohn (2014, p. 177) refere-se à questão dos movimentos sociais da seguinte forma: “Não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Jamais haverá movimento político que não seja ao mesmo tempo social”.

Em carta dirigida a F. Bolt, Marx, citado por Gohn (2014, p. 177), também faz referência à questão dos movimentos sociais nos seguintes termos:

Assim, além dos distintos movimentos econômicos dos operários, surgem em todos os lugares movimentos políticos, isto é, movimentos de classe, como objetivo de impor os seus interesses de forma geral, de uma forma que possui força coercitiva-social geral. Se esses movimentos pressupõem certo grau de organização prévia, em compensação eles igualmente significam meios de desenvolver esta organização.

As ideias marxistas deixam claro que os movimentos sociais se confundem com movimentos políticos, desenvolvendo tanto uma ideologia própria de classe como uma identidade individual e coletiva.

7 Os movimentos sociais em rede e a busca pela legitimação

Nas palavras de Fernando Henrique Cardoso (2006), talvez seja insuficiente e impreciso falar em cidadania ou mesmo em uma cultura cívica atualmente, com a internet e com sinais da formação de uma “sociedade civil planetária” (CASTELLS, 2012).

Castells (2012, p. 222) assinala que,

o mundo real de nosso tempo é um mundo híbrido, não um mundo virtual ou um mundo segregado que será separado da interação online da off-line. E é neste mundo que os movimentos sociais nascem numa transição natural para muitas pessoas, que vão da partilha da sua sociabilidade à partilha da sua indignação, da sua esperança e da sua luta.

Para Castells (2012, p. 223),

os movimentos sociais em rede, como todos os movimentos sociais da história, trazem a marca de sua sociedade. Em grande parte, eles são formados por indivíduos que convivem facilmente com as tecnologias digitais no mundo híbrido da virtualidade real. Os seus valores, objetivos e estilo de organização fazem referência direta à cultura de autonomia que caracteriza as gerações jovens de um século jovem. Eles não poderiam existir sem a internet. Mas sua importância é muito mais profunda. Eles estão adaptados ao seu papel como agentes de mudança na sociedade em rede, em nítido contraste com as instituições políticas obsoletas herdadas de uma estrutura social historicamente desatualizada.

8 O sujeito social como agente transformador da sociedade

Na década de 1970, Touraine afirma que os movimentos sociais são sempre, em última análise, a expressão de um conflito de classes (GOHN, 2014). Touraine afirma também que todo movimento social é voltado para uma ação crítica, que repousa sobre a contradição e não sobre o conflito (GOHN, 2014).

De acordo com Alain Touraine (2004), um movimento social não é apenas um conjunto de objetivos, supõe também a participação de indivíduos em ação coletiva. Touraine (2004, p. 138) assinala que

a formação de movimentos, ao mesmo tempo fracos, porque dispersos, e muito fortes, porque decididos a auto gerenciarem-se, a definirem por si mesmos seus fins e meios, sem que estejam subordinados a partidos ou a teóricos, deve criar novas formas de ação coletiva.

Segundo Touraine (1996 apud MÜLLER, 2013), a sociedade é um conjunto de regras, de costumes e de privilégios contra os quais os esforços criadores, individuais e coletivos têm de continuar a lutar. Para o autor, o sujeito social é o agente transformador da história e da sociedade onde está inserido, deslocando o eixo de atenção das ações do Estado para determinados objetivos.

Nas palavras de Touraine (1992, apud RIBEIRO; BEZERRA, 2016, p. 234),

as novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade e, ainda menos, libertar as forças de progresso e de futuro, mas sim “mudar a vida”, defender os direitos do homem, tanto o direito à vida daqueles a quem a fome ou a exterminação ameaça como o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo ou de uma história de vida pessoais.

Segundo a teoria de Touraine, a sociedade pós-moderna representa a oportunidade do surgimento do sujeito, da transformação do sujeito em agente da sociedade, ou seja, daquele que age e transforma a sociedade em que vive. Portanto, trata-se, agora, de transformar o sujeito em agente (TOURAINÉ, 1992 apud RIBEIRO; BEZERRA, 2016).

9 A construção de movimentos sociais a partir de ideologias

É fato que todo movimento social possui uma ideologia. Entretanto, determinadas ideologias constroem, ao longo do tempo, uma utopia, um ideal, uma meta, um propósito que mobiliza os atores sociais à luta. Portanto, dotam-se de um conjunto de crenças que negam o instituído e repõem um novo paradigma para a ação e para o pensamento (GOHN, 2014).

As ideologias ajudaram a moldar a história do mundo moderno e, ainda hoje, fazem parte do imaginário de algumas sociedades, as quais criam utopias e ideais que embasam mobilizações de pessoas para lutarem por seus objetivos, assim como contra os direitos de terceiros. Socialismo, social-democracia, nazismo, fascismo e liberalismo são alguns exemplos de ideologias que influenciam e mobilizam os atores sociais à luta a partir de ideais adquiridos ao longo do tempo. Ideologias de esquerda estão associadas aos princípios de igualdade e justiça social, enquanto ideologias de direita estão inclinadas às ideias de liberdade individual e garantia da propriedade privada.

Para Gohn (2014), tais ideologias foram, e ainda o são, capazes de sensibilizar milhares de pessoas. Geraram movimentos sociais específicos e alimentaram, enquanto paradigma de referência, vários movimentos sociais.

10 Considerações finais

O presente artigo demonstrou a evolução das lutas sociais no Brasil desde a década de 1970, passando pelas manifestações contra o regime militar e pelos movimentos de luta por direitos sociais com forte influência da ala progressista da igreja católica, que ganharam corpo nas décadas de 80 e 90 com os movimentos pela redemocratização e pela participação popular, em favor das *Diretas Já*.

Percebe-se, nesse sentido, clara e progressiva influência da ideologia nos movimentos sociais e nas instituições partidárias, que promoveu forte e crescente demanda por políticas públicas, observadas nos doze anos consecutivos de governos de esquerda no Brasil.

Nota-se, claramente, um crescimento expressivo da polarização no Brasil decorrente da influência ideológica de direita, que se iniciou em 2013, com as manifestações a favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. O ápice de tal polarização aconteceu em 2018, com a eleição de um governo conservador, que provocou reações contra movimentos de direita que incitaram ódio e intolerância na sociedade brasileira, colocando em risco as instituições democráticas e ocasionando rupturas no Estado Democrático de Direito.

Chama a atenção, e de certa forma impressiona, o fato de haver hoje forte influência de setores conservadores religiosos sobre os acontecimentos, ao passo que, na década de 1970, as influências advindas da igreja católica originaram-se na ala progressista em prol dos direitos sociais e coletivos.

Observa-se a expressiva distância entre a década de 1970 e o ano de 2020, não de forma temporal, mas em sentidos opostos e polarizados principalmente por setores religiosos da sociedade brasileira. E a distância é tão expressiva a década de 1970 iniciou com manifestações contra o regime militar e em prol de direitos sociais coletivos, com pleno apoio da ala progressista da igreja católica, por intermédio das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), enquanto 2020 começa sob influência de setores conservadores religiosos contrários ao que expressa a Constituição Federal.

As lutas sociais no Brasil foram marcadas por influência de ideologias partidárias desde a década de 1970 até os dias atuais, ora por ideologias de viés progressista, ora mais à direita, conservadoras. Percebe-se que a influência ideológica mais à direita, com características mais conservadoras, claramente conduz à polarização; e esta, por sua vez, ao ódio e às manifestações de intolerância vistas recentemente nas ruas brasileiras. É importante lembrar que a construção de movimentos sociais ao longo do tempo, a partir de ideologias, carrega consigo não só a busca pela legitimação, mas, principalmente, a constituição de identidades individuais e coletivas.

Cabe ressaltar que os movimentos sociais são imprescindíveis ao estabelecimento de identidades coletivas, bem como à demanda e formulação de políticas públicas e para fortalecer o Estado Democrático De Direito e o princípio da liberdade de expressão, pressupostos básicos de uma democracia consolidada. A divergência de pontos de vista, os interesses distintos e os conflitos entre os movimentos sociais são indispensáveis ao processo democrático e à construção de políticas públicas.

Por fim, reforça-se a importância dos movimentos sociais para o processo democrático brasileiro nas últimas décadas, assim como as divergências de ponto de vista e os interesses distintos essenciais à democracia e à liberdade de expressão. Como ponto negativo, aponta-se o alto grau de polarização verificado nas manifestações de rua entre 2013 e 2020.

Referências

CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política: a história que vivi**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 699 p.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignación y esperanza: los movimientos sociales en la era de internet**. Madrid: Alianza Editorial, 2012. 294 p.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017. 125 p.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia**. São Paulo: Loyola, 1991. v. 1. p. 191.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 189 p.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. 166 p.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis: Vozes, 2019. 294 p.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. 415 p.

GOHN, M. G. **Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. 125 p.

MÜLLER, Cíntia Beatriz. **Teoria dos movimentos sociais**. Curitiba: Intersaberes, 2013. 170 p.

Movimentos sociais no Brasil: da década de 1970 aos dias atuais — a influência dos movimentos sociais e sua relação com a democracia e as organizações partidárias nos últimos cinquenta anos

RIBEIRO, Carril; BEZERRA, Corina. **Teorias sociológicas modernas e pós-modernas**: uma introdução a temas, conceitos e abordagens. Curitiba: Intersaberes, 2016. 324 p.

TOURAINÉ, Alain. **O pós socialismo**. 1. reimpr. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 224 p.